ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2014-04-17	
O Secretário da Mesa	
Raúl de Almeida (Assinatura)	Digitally signed by Raúl de Almeida (Assinatura) Date: 2014.04.17 12:39:32 +01:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 1578 / XII (3 .ª)

Assunto: Execução da variante à Estrada Nacional 14, entre os concelhos de Vila Nova de Famalicão, Trofa e Maia

Destinatário: S.E. das Infraestruturas, Transportes e Comunicações

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

A Estrada Nacional 14, entre a Maia (Nó do Jumbo) e Vila Nova de Famalicão (Nó da Cruz IP1/ A3), como é do amplo conhecimento público, encontra-se há demasiado tempo sobrecarregado de trânsito rodoviário, impedindo a normal circulação de pessoas e sobretudo de mercadorias, dificultando o funcionamento das muitas e fortes unidades industriais servidas por esta artéria central do Norte do País e a consequente degradação progressiva do pavimento, bem como a diminuição da segurança.

A forte tradição industrial e exportadora das empresas que compõem o parque empresarial destes Concelhos, empresas que lidam diariamente com o estrangulamento rodoviário desta via, reclamam uma solução urgente, sob pena de serem obrigadas, algumas delas, a pensar na deslocalização.

Neste quadro, refira-se o absoluto consenso entre os Municípios envolvidos (Vila Nova de Famalicão, Trofa e Maia) para a imprescindibilidade na construção de uma via alternativa àquela Estrada Nacional.

Aliás, como corolário de um longo trabalho técnico e de concertação interinstitucional que inclui o Estudo Prévio e a respetiva Declaração de Impacto Ambiental, existe um projeto base que está concluído e aprovado desde o final de 2011. É certo que o mesmo teria forçosamente de ser retificado por forma a obter-se uma redução do seu custo, atento a situação de graves dificuldades que o País atravessa.

Em Abril de 2011, depois de um período de desregramento da economia caracterizado por uma governação pouco responsável e de um ciclo de investimento público nomeadamente no sector rodoviário mal orientado, despesista e pouco reprodutivo, que veio agravar a situação crítica das finanças públicas, foi assinado um Memorando de Entendimento com as entidades que compõem a Troika, e Portugal iniciou então um período de difícil ajustamento que visa repor a sustentabilidade do País.

Depois da aprovação urgente de um Plano Estratégico de Transportes 2011-2015, em Outubro de 2011, seguiu-se-lhe entre outros passos, a designação de um Grupo de Trabalho transversal de composição heterogénea entre elementos do sector público e privado com vista à identificação das prioridades para a economia nacional em matéria de infraestruturas de elevado valor acrescentado, cujo resultado final consensualizado foi apresentado no final de Janeiro de 2014 ao público.

Entretanto, no passado dia 8 de Abril divulgou o Governo a partir do referido relatório e dos contributos recebidos na discussão pública que se lhe seguiu, um conjunto de informações com a designação central de Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas Horizonte 2014-2020 com a resposta oficial e com o programa de investimento em matéria de infraestruturas impactantes para a economia.

Sabendo-se que os recursos são escassos, e que o investimento rodoviário apresenta menos potencial de alavancagem sobre a economia, a que acresce uma menor pré-disposição de Bruxelas para permitir a afetação de fundos comunitários a projetos neste sector, entende-se que as opções primeiro delineadas no Relatório Final das IEVA fossem forçosamente acolhidas no resultante Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas Horizonte 2014-2020 e as prioridades, dirigidas ao investimento marítimo-portuário e ferroviário.

O Relatório da IEVA incluía o projeto de intervenção nas Acessibilidades na EN14 entre V. N. Famalicão e Maia fora das primeiras trinta prioridades (Tier 1 e Tier 2), embora ainda assim a identificasse como uma terceira prioridade entre as 86 obras identificadas como necessárias.

O PETI, anunciando desde já um conjunto de importantes medidas e mudanças para o sector rodoviário, aponta os INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS no sector Rodoviário, preconiza a FUSÃO EP – REFER, a CONCLUSÃO DAS NEGOCIAÇÕES DAS PPP RODOVIÁRIAS, um NOVO MODELO DE COBRANÇA DE PORTAGENS, a forma de atingir a SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DO SECTOR, o NOVO MODELO REGULATÓRIO DO SECTOR RODOVIÁRIO, o MODELO DE FINANCIAMENTO DA REDE DESCLASSIFICADA, e ainda o NOVO ESTATUTO DAS ESTRADAS NACIONAIS.

Contrariamente ao Relatório das IEVA, o PETI aponta nas suas prioridades realizáveis para o sector rodoviário - às quais é destinada uma verba de 898 Milhões de euros, dos quais 600 Milhões a assegurar por privados, e dentro do designado vetor de DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR, as Acessibilidades na EN14 entre V. N. Famalicão e Maia, prevendo um investimento de 20 Milhões de euros, repartidos entre 16 Milhões de fundos comunitários e 4 Milhões de fundos públicos, o que poderá ser contudo insuficiente.

Recorde-se a existência de inúmeros projetos e estudos de impacte ambiental já desenvolvidos para o traçado, o qual havia já obtido também uma DIA favorável, e que se trata de um investimento estratégico na melhoria das acessibilidades da AMP e nos concelhos a norte, designadamente Vila Nova de Famalicão, sobretudo no que concerne ao tráfego de mercadorias para todo o contingente empresarial formado pelo eixo referido, onde encontramos as Zonas Empresariais Maia I, Maia II, Zona Empresarial de Santa Maria de Avioso, no concelho da Maia, e inúmeras e fortes unidades industriais servidas pela EN14, tal como a Continental Mabor, a Salsa, Tiffosi, Leica, Frezite e Tesco, entre outras.

Refira-se, ainda, que se trata de um projeto através do qual se estabelecerão ligações diretas à rede europeia, respeitando o subcritério “Enquadramento no Política de Transportes

Componente Europeia", onde as contagens de tráfego, registam 25.000 veículos/dia na Maia e 17.000 veículos/dia em V. N. de Famalicão, sendo que a Variante à N14 é um troço que atravessa 3 Concelhos com altíssimo valor em matéria de exportações/importações, em que Famalicão assume o 1º lugar, nas exportações com 1 569 175 000 Euros, dos quais 1 268 614 000 no espaço intra-UE (que se faz maioritariamente por via de camiões) e a Maia assume o 3º lugar, com 1 202 903 000 Euros, dos quais 795 396 000 no espaço intra-UE (que se faz também maioritariamente por via de camiões), e números similares para as importações.

A solução preconizada no PETI não nos parece assim fundadamente a solução adequada para responder ao desafio presente no local.

Sem embargo, sempre importa compreender qual a configuração da obra prevista no PETI, atendendo desde logo à reduzida verba que lhe está consignada.

Pelas razões expostas, os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, abaixo assinados, requerem ao Governo, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis que, através do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, lhes sejam

Prestadas informações detalhadas do projeto previsto e inscrito no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas Horizonte 2014-2020, designadamente para que se destinam os 20 milhões de euros? Destinam-se a intervir na via existente ou numa solução alternativa? Quais os detalhes inscritos no caderno de encargos?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 17 de Abril de 2014

Deputado(a)s

FERNANDO VIRGÍLIO MACEDO(PSD)

EMÍLIA SANTOS(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

Nos termos do Despacho nº 2/XII, de 1 de Julho de 2011, da Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, nº 2, de 6 de Julho de 2011, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.